A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

CAMILA MARIA RODRIGUES DE LIMA

RESUMO

Educação Infantil. O problema de pesquisa a ser apresentado nesse contexto foi descrever: De que forma a mediação lúdica do professor pode ser importante para o desenvolvimento da criança em sua formação integral? A metodologia utilizada para o seguinte trabalho caracterizou-se por uma revisão de literatura, baseada em leitura de livros, bem como artigos, e sites qualificados. As edições variam entre 1996, chegando a algumas mais recentes como 8 2015. Os principais autores que serão mencionados neste trabalho são: Almeida (2004); Bagueiro (2000); Cunha (1994); Freire (2003); Jardim (2003); Kishimoto (2002); Negrine (1997); Scachetti (2015); Vygotsky(1998); Wadwarrth (1997.) Ambos os autores grandes contribuintes para os conhecimentos atuais voltados para a educação especial inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade; Tipos de jogos e brincadeiras; Papel do Professor

ABSTRACT

Child education. The research problem to be presented in this context was to describe: How can the playful mediation of the teacher be important for the development of the child in their integral formation? The methodology used for the following work was characterized by a literature review, based on reading books, as well as articles, and qualified websites. The editions range from 1996, reaching some more recent ones like 8 2015. The main authors that will be mentioned in this work are: Almeida(2004); Bagueiro (2000); Wedge(1994); Freire(2003); Garden(2003); Kishimoto (2002); Negrine (1997); Scachetti (2015); Vygotsky(1998); Wadwarrth (1997.) Both authors are major contributors to current scholarship on inclusive special education.

KEYWORDS: Playfulness; Types of games and games; Teacher's role

INTRODUÇÃO

Existem modelos de aprendizagem que são essências para o ser humano, no entanto, existem particularidades na forma como cada indivíduo utiliza-se deste modelo para se relacionar consigo mesmo, com os demais indivíduos e com o mundo que o cerca. Mas para compreender cada ser humano é necessário obter conhecimentos para o progresso do educar.

A partir deste conceito, faz necessário que a criança, e o brincar são ferramentas importantes para que se tenha uma capacidade criativa, auxiliando-a em todas as fases de seu desenvolvimento sendo ele profissional pessoal e educacional.

Portanto, inserir no processo de formar e educar através de jogos e brincadeiras, é garantir a efetividade do processo e sucesso da criança, pois garante que a criança será capaz de compreender o que se é ensinado através da prática do conhecimento, em que suas habilidades e seus conhecimentos, tanto acadêmicos, quanto de vivência, podem ser amplamente exercitados.

Assim, garantir que a criança possa relacionar os jogos e as brincadeiras com o conteúdo pedagógico, significa garantir que absorverá o conhecimento de maneira espontânea e natural, internalizando o conteúdo e sendo capaz de transformá-lo em experiências reais.

O presente trabalho é justificado pela importância da ludicidade como ferramenta pedagógica na educação Infantil, utilizada como um instrumento extremamente importante para o desenvolvimento da criança, e também uma ferramenta para a construção do conhecimento, as atividades lúdicas caracteriza não apenas as crianças mais sim com a sociedades, pois, a sociedade tem papel de grande importância para o desenvolvimento da criança seja ela na sala de aula...

Por meio das atividades, jogos, brincadeiras o aprendizado pode ser uma “porta” para a diversão e assim as crianças abrangem vários desenvolvimentos, em diferentes seguimentos, cognitivos, físico, psicológico, motor e social, pois devido à idade tem relação mais criativa com brincadeiras, desenvolvem a criatividade.

O objetivo geral desse trabalho de conclusão do curso descreve e visa refetir em que medida o ensino lúdico poderá contribuir para o desenvolvimento integral da criança e as consequências de uma prática não lúdica. Sendo assim o mesmo apresentou como objetivos específicos: Conceituar a ludicidade (jogos, brinquedos e brincadeiras) na educação Infantil; compreender os benefícios que os jogos e brincadeiras traz para o desenvolvimento integral da criança; apontar a importância das brincadeiras lúdicas como proposta pedagógica, através de autores da área da educação. Refetir sobre o papel do professor frente o uso de práticas lúdicas.

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que se inicie o estudo aqui composto, há a necessidade que se elucide o processo inclusivo na educação. O conhecimento acerca do desenvolvimento desse com o desenvolvimento da educação no país. As várias fases das leis que permearam até chegar as que regem o atual senário inclusivo educacional. Tal conhecimento fezse necessário para que se entenda os possíveis erros e acertos no processo inclusivo. Se é possível notar através de livros e relatos, que os percalços que a educação inclusiva superou foram imensos. A não "permissão" (grifo nosso), de frequentar classes regulares, para crianças com necessidades educativas especiais perdurou por boa parte do século XX. Muitas foram as razões, tanto no que concerne ao poder público como também ao preconceito das próprias famílias em aceitarem a deficiência do seu ente. (MENDES, 2002, p. 5)

Segundo Sassaki (1997, p.30) "Em algumas culturas simplesmente eliminavam-se as pessoas com deficiência, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento, e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso." A insatisfação com essas instituições, acabou criando novas, grande maioria delas, criadas pelos próprios pais dessas crianças, citando aqui exemplos como a Pestalozzi ou APAES. "Eram ambientes que davam subsídios para que essas crianças se desenvolvesses, porém, as colocavam longe de pessoas que não portavam deficiência, privando assim, de adquirir conhecimentos sociais oriundos da convivência com esse meio". (MENDES 2006, p. 8)

Em 1994, em Salamanca (Espanha), um grande passo para a inserção dessas crianças, em salas regulares de ensino foi dado. Dali saiu um documento norteador, A

Declaração de Salamanca, com orientações aos países acerca de políticas públicas específicas, onde garantiriam direitos básicos para essas crianças fossem incluídas no processo educacional.

No seu artigo 11, a Declaração de Salamanca, sugere que as escolas, e seu projeto pedagógico, seja direcionado a todos, sem exclusão de regiões, situação econômica ou distinção entre escolas públicas ou privadas. Desta forma, a sugestão contida na Declaração é que as crianças, que possuem necessidades educativas especiais, possam conviver com as que não possuem, conforme o documento:

> As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

No Brasil, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deixa claro no capítulo, que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado, e gratuito, para crianças com necessidades educativas especiais nas redes regulares de ensino. E na mesma Lei, em Capítulo específico sobre inclusão, que essas escolas, sempre que preciso, devem possuir atendimento educacional especializado para atender as peculiaridades de cada aluno (BRASIL, 1996).

Sabe-se que a realidade nem sempre foi essa, a inclusão foi, durante muito tempo mantida apenas para o cumprimento de leis. O que não garante que essa inclusão é de fato contundente e que pode ser benéfica para esse aluno. Inclusão é um gama de fatores maiores que "aceitar" (grifo nosso), uma criança com necessidades educativas especiais em sala de aula. Sendo assim:

> Uma escola regular, tal como se encontra estruturada hoje, não se torna automaticamente uma escola inclusiva somente por admitir alguns alunos com deficiência em sua turma. Uma escola só se torna inclusiva, depois que se reestrutura para atender à diversidade dos alunos em suas necessidades especiais, em suas habilidades e estilo de aprendizagem. (SILVA, 2007, p. 55)

O conhecimento sobre a inclusão e as necessidades dos alunos inclusos, deve ser sempre uma preocupação para quem irá trabalhar com essas crianças. Deixar os alunos no fundo da sala, para que esse seja atendido quando houver tempo, não é o que propõe uma educação de fato inclusiva. Porém, existe aqui a necessidade de ressaltar, que os profissionais que são imbuídos de tal tarefa, ou não possuem auxílio quanto a material e estrutura, ou formação específica para esse trabalho.

De acordo com Soares (2009), a inclusão escolar é o processo pelo qual a escola procede, permanentemente, a mudança do seu sistema adaptando a suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias, tecnologias e capacitando continuamente seus professores, especialistas e demais membros da comunidade escolar, inclusive todos os alunos e seus familiares e a sociedade em seu entorno. Então, supor que a adaptação para a integração de uma criança com necessidades especiais é apenas tarefa do educador é um dos primeiros erros no processo

inclusivo.

O professor, sozinho, por melhor que sejam as suas intenções, dificilmente conseguirá ministrar a contento a inclusão de um aluno com necessidades educativas especiais, os motivos podem ser apontados com facilidade ao se olhar a realidade das instituições de ensino, com material humano insuficiente, estrutura física para receber até mesmo alunos cadeirantes, material de apoio para suas aulas além da superlotação das classes. Além disso, a inclusão escolar deve extrapolar os muros da instituição, os pais não podem ser privados ou se anularem da responsabilidade quanto aos avanços e retrocessos do seu filho.

A necessidade de todos se ajudarem no bem comum, que é o desenvolvimento desse aluno, das suas potencialidades e enfrentamento das suas deficiências, para que esse não seja reconhecido apenas por ela, mas pela sua capacidade além dela. Desta forma: Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

(...) incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997, p. 41)

A sociedade como um todo, por maiores que sejam os processos de conscientização, quando a necessidade de incluir, de uma forma geral tentam "burlar" (grifo nosso), as leis para que essas pessoas com necessidades especiais acabem fcando de fora de determinados seguimentos. Assim sendo, recorrer a leis educacionais, fez-se necessário principalmente nesse setor, uma preparação para o futuro, respeitando as suas dificuldades, e lhe agregando possibilidades de crescimento físico, social e intelectual, ajudará essa criança, quando sair desse ambiente, a se destacar nas atividades que para muitos podem ser simples e corriqueiras, mas para esse, podem ser fruto de vitórias pessoais. Conforme o autor: Inclusão é o termo que se encontra para definir uma sociedade que considera todos seus membros como cidadãos legítimos. Uma sociedade com que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal (FONSECA, 1995.p.141).

A sua legitimação como cidadão, que o é mesmo portando alguma deficiência, deve ser o primeiro pensamento ao se integrar esse cidadão. Esse concorrerá com outras pessoas que não possuem restrições físicas ou cognitivas, e a compreensão de que por mais se conscientize, e se aplique leis, essas crianças já vão participar desse processo em desvantagem. Pois, como dito anteriormente, sua potencialidade, na maioria das vezes, é julgada primeiramente pela sua deficiência, e não pela sua capacidade, seu conhecimento e competência.

Assim sendo, no decorrer desse capítulo, refetiu-se acerca da evolução da educação para pessoas com necessidades especiais. O entendimento que as leis existem para agregar ao processo educacional uma face mais humanizada, onde não é uma questão de aceitação e sim de necessidade real dessa criança estar ali inserido. Com as várias citações, conforme as contribuições teóricas, pode-se compreender que as inclusões, em algumas instituições, não são de fato compreendidas, que o aluno está ali por estar, e que seu desenvolvimento, não é apenas de responsabilidade do professor e sim de todos que fazem parte desse processo, dentro e fora, dos muros da instituição. O termo inclusão precisa, inicialmente, ser compreendido na sua integralidade, para quem com ele trabalhe entenda o que é necessário que esse aluno tenha a sua disposição, para que auxilie no seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo assim sendo, a inclusão cumprirá seu papel na educação. Para que essa compreensão, da inclusão real, o segundo capítulo dessa obra, elencara a importância da formação dos professores, para um trabalho inclusivo que agregue valores a criança inclusa.

LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Descreve-se que partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, Lei n° 9.398/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 a Educação Brasileira vive um momento de intensa busca de modernização e superação do tecnicismo ainda presente no contexto educacional e, dentre outras possibilidades pedagógicas, vê na ludicidade, nos jogos e brincadeiras mediadas pelo professor a perspectivas de investimento no desenvolvimento da Educação Infantil.

Os jogos e as brincadeiras devem ser orientados e mediados por adultos, ou por um mediador para se obter um processo de ensino-aprendizagem, porém, sem pressões ou represálias. A palavra lúdica é de origem latina, "ludus", e pode significar brincar e/ou jogar (JARDIM, 2003).

De acordo com Kishimoto (2002),

Bruner destaca um ponto fundamen-

tal para educadores: a brincadeira livre contribui para liberar a criança de qualquer pressão. Entretanto, é a orientação, a mediação com adultos, que dará forma aos conteúdos intuitivos, transformando-os em ideias lógico-científicas, característica dos processos educativos. [...] Brincadeiras com o auxílio do adulto, em situações estruturadas, mas que permitam a ação motivada e iniciada pelo aprendiz de qualquer idade, parecem estratégias adequadas para os que acreditam no potencial do ser humano para descobrir, relacionar e buscar soluções (KISHIMOTO, 2002, p. 148-151)

Enquanto brinca, a criança tem acesso ao "mundo do imaginário", ela começa a criar sua própria realidade, sonhos e tudo o que gostaria que fosse verdadeiramente real. Os benefícios do lúdico, do brincar estão relacionados aos princípios e moralidades que a criança levará para toda a vida, por isso se trata de algo tão importante (SANTOS, 2002).

A condução e utilização adequada de ferramentas lúdicas não apenas são essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, mas pode fomentar a agilidade na recepção e assimilação de conhecimento. Cabe, portanto, à escola e ao educador inserir e equilibrar o ensino obrigatório com as ferramentas lúdicas, de forma que a criança pouco perceba a entrada e saída de um ambiente a outro, sentindo-se confortável em qualquer uma das situações.

De acordo com Nylse Helena Silva Cunha (1994), com o brinquedo a criança pode criar muitas brincadeiras e, neste caso, a brincadeira não precisa necessariamente "combinar" com o brinquedo: a imaginação irá lhe guiar e fazer com que no "faz de conta" o brinquedo se transforme no objeto que ela precisa para aquele momento.

A respeito desse contexto, o "faz de conta", mencionado por Nylse Helena Silva Cunha (1994), é relevante apresentar um conceito muito abrangente e contribuinte para o despertar do imaginário na Educação Infantil: a contação de histórias. Enquanto escuta uma história, a criança "mergulha" no que está ouvindo, de modo inconsciente ela começa a associar suas vivencias com que está sendo narrado, é um momento de relaxamento, é hora em que o faz de conta invade a consciência de cada um. Sobre a relevante prática da contação de histórias, Sueli Souza Cagneti (1996, p. 7) descreve:

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e a sua possível/impossível realização (CAGNETI 1996, p. 7)

Nessa perspectiva, Vygotsky (1998), relata que é importante considerar que cada fase do desenvolvimento humano está "inclinada" para um determinado tipo de brincadeira: há fases em que o ser humano precisa aprender a socializar-se e respeitar o espaço do outro, há outras fases em que ele está desenvolvendo seu raciocínio estratégico, relacionado a jogos de estratégias, e assim, nas demais fases há um recurso pedagógico específico.

Com as afirmações de Santa Marli dos Santos (2002) e Lev Simynovick Vygotsky (1998), nota-se a necessidade de uma compreensão e conhecimento das brincadeiras, visto que, o brincar não pode ser usado como forma de ocupar um tempo

"vago" na escola. Pois o brincar está muito além dessa concepção limitada.

Ricardo Catunda (2005) descreve que brincadeira tem a função de satisfazer os desejos da criança. A brincadeira estimula a sensibilidade, o afeto, a socialização e o sentimento de sentir-se capaz quando por exemplo, a criança consegue terminar um jogo ou brincadeira aparentemente difícil. Paulo Freire (1996) relata que as brincadeiras possuem um grande significado durante a infância, pois, em concordância ao que Santos (2002) descreve, tudo o que a criança aprende e desenvolve na infância, será o reflexo da sua conduta em sua vida adulta.

Ao utilizar jogos e brincadeiras na sala de aula, deve haver um planejamento para que esse momento de lazer também seja significativo e promova ensinamentos reais para o aluno. Desse modo, é possível notar a contribuição desse aprendizado por meio de práticas de ludicidade em aspectos psicológicos, cognitivos, morais e até físicos da criança (BENJAMIN, 2002).

CONCEITUAR A LUDICIDADE (JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se fala em educação infantil, o educador das crianças, Friedrich Froebel é imediatamente lembrado pelos educadores, isso porque ele foi um dos primeiros a considerar o início da infância como ponto de partida para a formação de pessoas e por utilizar os jogos como recurso facilitador da aprendizagem e ressalta que o jogo constitui o mais alto grau de desenvolvimento da criança. Quando a criança está brincando, também está adquirindo capacidades físicas, intelectuais e linguísticas, quando não brinca deixa de desenvolver tais habilidades e pleno domínio da sua cognição fazendo dela um agente fundamental da própria aprendizagem.

Quando brinca a criança aprende conceitos de divisão, compartilhamento, adquire cultura, desenvolve seu raciocínio tudo isso

de modo consistente.

Cabe ao professor reinventar sua prática pedagógica, introduzir os jogos, as brincadeiras e os brinquedo tendo um olhar educador, desenvolvedor, o brinquedo e os espaços escolares estão longe de serem meros distratores, eles são meio de conhecimento, e amplifcadores de linguagem pedagógica, aquilo que não é, muitas vezes assimilado em um conteúdo pragmático, terá mais chances de ser compreendido através de um representação concreta que pode ser um brinquedo, um jogo ou uma brincadeira, de modo, se considerarmos que a criança pré-escolar utiliza a intuição como meio de aprendizado, e, por consequência adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la (KISHIMOTO, 2005, p. 36). Sendo assim o lúdico crucial para toda criança, seja ela rica ou pobre, negra ou branca, as atividades lúdicas devem fazer parte de qualquer rotina, de qualquer idade e deve estar no Projeto Político Pedagógico das escolas.

ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

A historicidade acerca da educação Especial e inclusão vêm sofrendo inúmeros percalços que lavam a crer a necessidade de novas mudanças em atendimento as pessoas com defciência. Desde o período industrial brasileiro na década de 30, o Brasil vivenciou um crescente número de trabalhadores que precisariam de qualifcação para o trabalho, sendo incumbido de discernir nesse processo as instituições precursoras SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SENAI – Serviço Nacional Industrial.

Dentre as recentes instituições de ensino fcou atribuído a formação integral do trabalhador para as diversas áreas do mercado em atendimento a necessidade nacional. Nesse sentido, percebe-se que há uma demanda que apresenta alguma defciência e, portanto, deve ser atendida de forma igualitária em suas limitações.

A partir de 1930, a sociedade civil começou a se organizar como associações de pessoas preocupadas com a defciência: a esfera do governo continuou a desencadear algumas ações voltadas para as peculiaridades desse corpo discente, foram criadas escolas, além de hospitais e educação formal, e outras entidades especializadas em As instituições flantrópicas continuaram a se estabelecer e a partir de 1500 surgiram clínicas, instituições psicoeducativas e outras instituições privadas gerais de reabilitação com formas diferenciadas de atendimento, principalmente, todas elas no ensino geral durante a fase de crescimento da industrialização BR, comumente referido como substituição de importações, o possível espaço deixado pela transformação do capitalismo mundial (JANNUZZI, 2004, p. 34).

As Organizações não Governamentais (O.N.G.´s) e Instituições Filantrópicas fcaram incumbidas de realizar projetos a fm de atender a demanda nacional, visto que não havia ainda políticas públicas assertivas acerca do atendimento a pessoa com defciência.

Nessa perspectiva, surge em 1954 o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que institui atendimento as pessoas com defciência, sobretudo com amparo da organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América.

Mesmo com tantos avanços, a educação especial apresenta constantes revisões sendo necessário um aprofundamento em suas políticas públicas e formas de atendimento nas diversas áreas do conhecimento.

A educação nacional há muito mostra o quanto é preciso mudar nas escolas que atendem e resguardam todos os alunos e, nesse sentido, como a vontade política diante de programas que favoreçam a transformação de qualidade pode ser favorecida pelos selecionadores. Em detrimento de políticas que não exijam aumentos signifcativos da renda nacional e da participação da educação nos orçamentos públicos, intervenções em prol de ações compensatórias ou diretivas que possam mostrar números indicativos e o sucesso dos alunos nos sistemas escolares (FERREIRA & FERREIRA, 2004, p. .33).

As concepções acerca da educação especial e inclusiva ganham no século presente, novas olhares, levando em consideração a necessidade de dialogar com instituições afns da educação, saúde e desenvolvimento social, bem como ministério do trabalho em prol de unifcar forças no atendimento e qualifcação para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial, ainda que perpetue inúmeros debates, não se faz demasiado estupefato de nossos debates e descobertas. As discussões das novas políticas públicas tem sido um momento de angústia por parte da grande população que avalia a efcaz das ações empregadas em prol da educação especial e inclusão.

Sobre a perspectiva da neurociência e educação inclusiva, podemos perceber que ao longo de nossa vida, as experiências sensoriais que acumulamos nos fornecem condições para que o nosso sistema nervoso central processe as informações e as transforme em conhecimentos.

Nas escolas maternais o jogo é trabalhado de maneira espontânea e natural sendo divertido para os alunos. Já no ensino fundamental é desenvolvido de maneira produtiva, com elaborações, esforços, pesquisas, aprimorando a aprendizagem que no maternal foi iniciado. Uma infância exige que a ludicidade esteja presente de acordo com a faixa etária. O brincar, o jogar ajuda na insegurança, medos deixando os pequenos à vontade para enfrentar novos desafios.

Para que as mudanças acontecerem, é de extrema importância a atuação de um psicopedagogo por meio de uma intervenção psicopedagógica no que se diz respeito a aprendizagem. Assim, as dificuldades de aprendizagem para serem superadas apresentam uma batalha incansavelmente entre: escolar, familiar e sociedade.

Sendo assim, é importante, fundamental que os envolvidos no ensino e aprendizagem das crianças. Tendo o apoio e a ajuda de um psicopedagogo.

Os professores devem aplicar seu projeto pedagógico em sentido lúdico, encontrando equilíbrio em suas funções metodológicas, abordando planejamentos de conteúdos e habilidades, procedimento e avaliações com objetivo de desafar o cognitivo e o afetivo dos alunos. Pois o trabalho lúdico com certeza, jamais trará desconforto e prejuízos e sim resultados significativos auxiliando e construindo um melhor processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. Jogos divertidos e brinquedos criativos. Petrópolis: Vozes, 2009

BAQUERO, Ricardo. Vygotsky e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado, Brasília, DF, 1988

BRASIL, Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em. Acesso em: 20/abril/2023.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.10 eds. Porto Alegre: Mediação,2010.

CATUNDA, Ricardo. Brincar, Criar, Vivenciar na Escola, Rio de Janeiro, Sprint, 2005. COSTA, A. M. B; Educação Inclusiva a partir da escola que temos; Lisboa; 1998

CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. 2. ed. São Paulo: Maltese, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das. Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DELLORS, Jacques. Educação: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez,2002.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIRARD, J. M, Éducationa de la petite enface. Paris: Librairie Armand Colin 1908.

JARDIM, Cláudia Santos. Brincar: um campo de subjetivação na infância. São Paulo: Annablume, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko M. O Jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 183 p.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: Bazílio, Luiz Cavalieri; Kramer, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. P. 83- 106.

MORENO, L. A. O lúdico e a contação de histórias na educação infantil. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/19849851.2009v10n97p228/11385>. Acesso em 22 de março de 2023

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre:

Propil,1997